

Dora Kramer*

Conflito de interesses assola tribunais superiores

O tema do conflito de interesses chegou para ficar, e pelo visto se ampliar, nos tribunais superiores. Já tínhamos o problema da venda de sentenças no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a questão de ligações perigosas no Supremo (STF), a criação de novos penduricalhos na Justiça Militar (STM) e agora temos a venda de cursos para advogados na corte do trabalho (TST). Esses tópicos não contam a história toda das incorreções em curso nesse universo, mas ao menos fortalecem a evidência da necessidade de um regramento de condutas.

Códigos de ética, sozinhos, não dão conta do riscado, mas são um começo na imposição de freios a autoridades que exercem o poder de modo desenfreado e que ficariam no mínimo

submetidas ao constrangimento de serem vistas como infratoras.

O presidente do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, junta-se nessa cruzada (ainda inglória) ao ministro Edson Fachin, expondo a situação de maneira ainda mais clara do que tem feito o presidente do STF.

“Ministros dando palestras em cursos pagos por advogados, ensinando como atuar no tribunal, é completamente antiético”, disse, pontuando o conflito de interesses com todos os efes e erres.

Surpreende que tenha sido, como alega, pego de surpresa, visto que a maioria dos juízes - 14 dos 25 do colegiado - complementam seus proventos com a atividade de fornecer a advogados o caminho das pedras para se dar

bem na defesa de suas causas trabalhistas no tribunal onde serão julgadas. Isso não é exercício legítimo do magistério, é lição de lobby indevido.

Peca o magistrado Vieira de Mello, porém, ao reforçar e normalizar a divisão da corte entre os juízes que têm interesses e os que defendem causas, colocando-se na ala dos moralmente superiores. Fica, com isso, evidente a existência no TST do mesmo tipo de dinâmica partidária que contamina o STF.

Nessa toada, nada se corrige; tudo é jogado na vala das disputas internas por um protagonismo político incompatível com quem deve à sociedade o ofício da boa justiça.

*Jornalista e comentarista de política

Vinicius Lummertz*

O mundo mudou. O Brasil virou ativo estratégico.

Durante boa parte da história, o Brasil ocupou posições econômicas relevantes sem jamais exercer centralidade efetiva no sistema internacional. O mundo demandava produtos brasileiros — açúcar, ouro, borracha, café, minério —, mas não dependia estruturalmente do país como plataforma ampla de estabilidade, produção e escala. Isso começa a mudar.

A reorganização geopolítica global alterou profundamente os critérios de valor das nações. O planeta saiu da era da globalização relativamente previsível e ingressou em um período marcado por disputa tecnológica, fragmentação industrial, insegurança energética, competição estratégica e crescente preocupação com alimentos, minerais críticos, cadeias produtivas e estabilidade territorial.

O mundo voltou a valorizar ativos concretos e posição geopolítica. E poucos países concentram simultaneamente tantos desses ativos quanto o Brasil.

O país reúne água, energia, alimentos, território, biodiversidade, capacidade mineral, mercado interno relevante e relativa distância dos grandes conflitos globais. Em um cenário internacional cada vez mais instável, isso desloca o Brasil para uma categoria diferente de importância estratégica.

Talvez pela primeira vez na história moderna, o ativo geopolítico não seja apenas um produto brasileiro específico. O ativo estratégico começa a ser o próprio Brasil.

Hoje o país já é percebido como necessário. Em determinados cenários futuros, poderá tornar-se indispensável.

Aqui residem as maiores oportunidades e os maiores riscos do Brasil contemporâneo. O problema é que o Brasil ainda não parece agir como quem compreendeu plenamente a dimensão histórica do momento em que entrou.

Enquanto o mundo começa a enxergar o país como uma das poucas plataformas simultaneamente capazes de oferecer segurança alimentar, energética, ambiental e territorial em larga escala, o debate interno brasileiro permanece frequentemente aprisionado em disputas pequenas, ciclos populistas e uma lógica política incapaz de elevar a discussão nacional à dimensão do novo cenário internacional.

Um cenário no qual o Brasil poderia caminhar para tornar-se uma das quatro ou cinco maiores economias do planeta ao longo das

próximas décadas.

O país continua preso ao curto prazo justamente quando o mundo passou a operar em lógica estratégica simultânea de curto, médio e longo prazo.

Hoje o Brasil possui o quinto maior superávit comercial do mundo e figura também entre os maiores destinos globais de investimento estrangeiro direto. Poucos países recebem simultaneamente tanto capital internacional e concentram tamanho volume de ativos estratégicos.

Ainda assim, o crescimento brasileiro permanece baixo para seu potencial histórico. O Brasil não consegue converter plenamente potencial em velocidade de enriquecimento nacional.

E o problema mais grave talvez seja outro: a produtividade avança lentamente. O investimento produtivo enfrenta obstáculos permanentes. Projetos estratégicos levam anos para sair do papel. Infraestruturas fundamentais convivem com judicialização interminável, insegurança regulatória e lentidão decisória.

O Brasil realizou reformas importantes nas últimas décadas, mas continua sendo um país difícil de desenvolver, difícil de investir e difícil de empreender.

O problema brasileiro deixou de ser ausência de potencial. Passou a ser incapacidade de transformar potência em peso econômico, produtividade e velocidade histórica. Grande parte dessa limitação nasce do próprio modelo interno.

O país passou décadas ampliando gastos correntes, expandindo estruturas estatais e convivendo com déficits públicos persistentes que ajudaram a produzir juros estruturalmente elevados e baixa capacidade de investimento produtivo de longo prazo.

O resultado é um ambiente em que enorme parte da energia econômica nacional é consumida tentando sobreviver às ineficiências do próprio sistema.

Juros elevados drenam investimentos. O baixo crescimento reduz produtividade. A produtividade limitada restringe renda. E então o próprio modelo passa a exigir mais expansão compensatória do Estado, alimentando novamente juros altos e crescimento baixo. O sistema morde o próprio rabo.

Talvez exista aqui uma dimensão ainda mais profunda e pouco discutida: o anti-investimento brasileiro possui consequências amo-

rais invisíveis.

Porque ninguém responde objetivamente pelos empregos que não foram criados, pela renda que deixou de existir ou pelos investimentos que migraram para outros países em razão da paralisia estrutural. Os custos da lentidão dissolvem-se na burocracia impessoal, nos processos infinitos e na incapacidade sistêmica de decisão. Enquanto isso, o mundo se reorganiza rapidamente.

As grandes potências procuram segurança energética, cadeias industriais resilientes, minerais críticos, inteligência artificial, infraestrutura, capacidade produtiva e territórios estáveis. E poucos países oferecem simultaneamente essas características como o Brasil.

Foi exatamente essa percepção que apareceu de maneira muito clara nas conversas realizadas durante a Global Conference do Milken Institute, em Beverly Hills, reunindo algumas das principais lideranças globais de investimentos, tecnologia, energia e geopolítica.

O ambiente do encontro era menos de euforia financeira e mais de realismo estratégico. O historiador Niall Ferguson alertou para paralelos entre o momento atual e períodos anteriores às grandes rupturas geopolíticas do século 20. Larry Fink chamou atenção para a gigantesca demanda energética produzida pela inteligência artificial. Ken Griffin destacou riscos financeiros associados ao excesso de liquidez global.

Mesmo quando pouco mencionada diretamente, a China aparecia como pano de fundo de praticamente todas as discussões. Nesse cenário de reorganização global, o Brasil passou a despertar um tipo diferente de interesse. Não apenas como exportador de commodities, mas como uma das poucas grandes plataformas estratégicas disponíveis para o século 21.

O mundo já precifica o Brasil com suas mazelas, ineficiências e contradições. A verdadeira surpresa seria o país conseguir destravar seu ambiente de desenvolvimento, elevar produtividade, reduzir sua paralisia estrutural e operar à altura dos ativos históricos que possui.

Porque poucos países têm hoje tantas possibilidades simultâneas de transformação em suas próprias mãos quanto o Brasil.

*Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.

Aristóteles Drummond

O diplomata perfeito

Tese do diplomata Henri Carrières sobre Vasco Leitão da Cunha vem de receber primorosa edição da Francisco Alves. O correto estudo confirma ser a nossa diplomacia, desde sempre, reveladora de notáveis brasileiros. Desde o Império, com o Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Domício da Gama, passando à República, com Oswaldo Aranha, Afrânio de Melo Franco, Pio Corrêa, Roberto Campos e Vasco Leitão da Cunha; todos foram notáveis servidores públicos. Além da presença na literatura desde sempre, como prova a presença na média superior a 10% dos 40 ocupantes de cadeiras em nossa Academia Brasileira de Letras.

Vasco Leitão da Cunha foi ministro da Justiça, no Estado Novo, e chanceler na Revolução de 64, sempre com independência, coragem e convicções democráticas. Sua oposição à influência de comunistas e afins no Itamaraty foi decisiva na opção correta de alinhamento com as democracias ocidentais nos anos da Guerra Fria. Foi ator relevante em vários momentos da presença internacional do Brasil, tendo sido importante quando na embaixada em Havana, nas relações restabelecidas com a União Soviética, e encerrado a carreira na embaixada nos EUA. Seu primeiro posto, em 1930, foi em Lisboa, servindo com o embaixador José Bonifácio, político mineiro e irmão de Antônio Carlos de Andrada. Sua palavra de bom senso fez o Brasil votar pelo ingresso da Espanha na ONU e desde sempre vislumbrou a importância das relações estreitas com Portugal como nossa porta de entrada na Europa. Testemunhou os primeiros passos do Estado Novo português e guardou admiração por Salazar ao longo da vida. Agiu sempre sem se deixar intimidar pelas patrulhas ideológicas, voltado para o interesse nacional e a causa da paz entre as nações.

O livro tem prefácio do admirável diplomata e intelectual Gelson Fonseca, que seleciona algumas opiniões sobre o ilustre brasileiro, como a definição que lhe deu Roberto Campos de “diplomata perfeito”, do chanceler Luiz Felipe Lampreia de que “era o paradigma do diplomata” e, nas palavras do próprio Gelson, “um sucessor do Barão do Rio Branco”.

No mais, foi das últimas gerações em que a carreira abrigava membros de famílias tradicionais, descendentes de titulados do Império, que, pela cultura e presença social de alto nível construíram o prestígio internacional de nossa diplomacia, alinhando o Brasil com as nações e sociedades mais cultas e de alto nível do mundo, sem cotas nem apadrinhamentos.

Muitos poderiam fazer restrições ao fato de ter servido com lealdade e eficiência a diferentes governos por ignorarem que o bom diplomata, sem prejuízo de suas convicções, é um servidor público sujeito a hierarquia, disciplina. Um dos maiores diplomatas da história universal, Charles Maurice Talleyrand, ao ser indagado o que o levou a servir a tantos regimes e governos, respondeu que nunca deixou de servir a França.

Vasco Leitão da Cunha prestou relevantes serviços ao Brasil em sua longa e bonita carreira na Casa de Rio Branco.